

NORMATIVAS POR SETOR																																	
Setor	CB			CBO			CBCa		CBARCa			CBARCaO	CaO							PHC		US						UAO					
Setores	1	2 (Ribeirão do Sem Fim)	3 (Serra do Manduri)	1(Divisor da Serra de Paranapiacaba)	2 (Nascentes São José do Guapiara)	3 (Nascentes do Gurutuba)	1 (Capinzal)	2 (Paivas)	1(Divisor da Serra de Paranapiacaba)	2 (Nascentes São José do Guapiara)	3 (Nascentes do Gurutuba)	1 (Temimina, Iporanga e Betari)	1	2	3	4	5 (Itaóca rio Palmital)	6 (Itaoca-Iporanga)	7 (Iporanga)	1 (Bairro da Serra)	2 (Bairro Betari)	1(Estrada Ribeirão Grande)	2 (Rodovia SP 250)	3 (Assentamento)	4 (APA Quilombos Meio do Ribeira)	5 (Rodovia SP 165)	6 (Estrada Iporanga-Ribeirão)	1 (Apiai - Ribeirão Branco - Guapiara e Fazendinha)	2 (Caximbo)	3 (Itaóca)	5 (Iporanga)	4 (Bairro da Serra e Betari)	
Município	Ribeirão Grande	Iporanga		Apiai, Guapiara, Ribeirão Branco	Guapiara	Itaoca	Iporanga	Iporanga, Guapiara	Apiai, Guapiara, Ribeirão Branco	Guapiara	Itaoca	Apiai	Guapiara, Ribeirão Grande	Guapiara, Ribeirão Grande	Guapiara	Guapiara	Apiai, Itaoca	Iporanga, Itaoca	Iporanga	Iporanga		Guapiara, Ribeirão Grande	Guapiara e Apiai	Apiai	Iporanga, Eldorado	Iporanga		Guapiara, Ribeirão Branco, Apiai	Apiai	Itaóca	Iporanga	Iporanga	
Atributos/ usos	O setor CB é destinado à conservação, visando a manutenção da conectividade com o PETAR e representatividade das espécies ameaçadas.			Setor impróprio para atividades ou novos empreendimentos com potencial de contaminação da diversidade biológica, dos recursos hídricos, do ar e do solo; que reduzam a conectividade com o PETAR; que alterem os sistemas ecológicos e hidrológicos superficiais ou subterrâneos; de significativo impacto; ou que gerem redução do patrimônio natural com reflexos para o PETAR.																O setor PHC é destinado à proteção do patrimônio histórico-cultural.		O setor US é destinado às práticas sustentáveis geradoras de renda. As estradas foram classificadas no setor US, subsetores US 1, 2 e 5, em sobreposição a outros setores por caracterizarem-se como estruturas lineares.						O setor UAO é destinado à conservação e uso ordenado do solo				O subsetor UAO 4 compreende áreas de expansão urbana do Município de Iporanga, ainda sem delimitação formal: a Zona de Expansão Urbana do Bairro da Serra, instituída formalmente por meio da Lei Municipal 12/2001, e o Bairro Betari, em estudo.	
Normativas por Setores	CB1	CB2	CB3	CBO 1	CBO 2	CBO 3	CBCa 1	CBCa 2	CBARCa 1	CBARCa 2	CBARCa 3	CBARCaO	CaO 1	CaO 2	CaO 3	CaO 4	CaO 5	CaO 6	CaO 7	PHC 1	PHC 2	US 1	US 2	US 3	US 4	US 5	US 6	UAO 1	UAO 2	UAO 3	UAO 5	UAO 4	
	1	2	3	1	2	3	1	2	1	2	3	1	1	2	3	4	5	6	7	1	2	1	2	3	4	5	6	1	2	3	5	4	
Somente será admitida a implantação de atividades ou empreendimentos que comprovem, no processo de licenciamento, que sua implantação não causará impactos diretos sobre o sistema cárstico e o patrimônio espeleológico, os sistemas hídricos, a vegetação, a fauna e biodiversidade, e a paisagem do PETAR.																																	
Somente será admitida a implantação de atividades ou empreendimentos que comprovem, no processo de licenciamento, que sua implantação não causará alteração da balneabilidade em cavernas ou cachoeiras, e não afetará as atividades de visitação do PETAR.																																	
Poderão ser admitidas atividades produtivas ou novos empreendimentos, desde que seja comprovada, no processo de licenciamento, que sua implantação não reduza a conectividade com o PETAR, não afete a manutenção do patrimônio natural do PETAR, e não cause alteração dos sistemas ecológicos e hidrológicos superficiais ou subterrâneos, por meio de contaminação da diversidade biológica, dos recursos hídricos, do ar e do solo.																																	
Não é admitida a implantação de obras e empreendimentos que tenham por finalidade a disposição de resíduos, tais como aterros sanitários.																																	
Não será admitida a disposição de rejeitos de mineração.																																	
Não será admitida a implantação de atividades e empreendimentos de aquicultura com espécies exóticas nas bacias hidrográficas a montante do PETAR																																	
Poderão ser admitidas atividades produtivas ou novos empreendimentos, desde que seja comprovada a manutenção da conectividade com o PETAR e que não ocorra contaminação da diversidade biológica no PETAR.																																	
Poderão ser admitidas atividades produtivas ou novos empreendimentos, desde que seja comprovada, no processo de licenciamento, a manutenção da conectividade com o PETAR e que sua implantação não causará contaminação da diversidade biológica no PETAR.																																	

NORMATIVAS GERAIS - se aplicam a toda a Zona de Amortecimento

As atividades agropecuárias que, em função de seu reduzido potencial poluidor/degradador sejam passíveis de dispensa de licença ambiental, seguirão as normativas vigentes devendo o produtor obter a "Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária" junto à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral-CATI, da Secretaria da Agricultura.	As solicitações de instalação de empreendimentos, bem como suas renovações de licença, seguirão o trâmite rotineiro dos processos de licenciamento.	Nas ações de restauração ecológica de reserva legal e APP, o plantio de espécies exóticas com potencial de invasão é proibido, conforme artigo 11, § 5º Resolução SMA nº 32/2014.	O cultivo e criação de espécies exóticas com potencial de invasão pautar-se-ão pelos seguintes critérios: a) Cultivos e criações existentes: caso a Fundação Florestal constate invasões de espécies exóticas invasoras, ou a iminência destas, no interior da unidade de conservação, emitirá comunicado, lastreado em parecer técnico, ao(s) produtor (es), diretamente ou por meio do órgão licenciador (para o caso de empreendimentos licenciáveis) para que apresentem estratégias e implementem medidas de saneamento da bioinvasão em questão. O empreendedor deverá adotar medidas que impeçam a continuidade do processo de bioinvasão e apresentar, em até 60 dias, projeto de recuperação pelos danos causados e monitoramento. b) Novos cultivos e criações: submissão da proposta ou projeto do empreendimento à análise da Fundação Florestal, diretamente ou por meio do órgão licenciador (para o caso de empreendimentos licenciáveis), a fim de que se estabeleçam as medidas preventivas, mitigatórias ou saneadoras que o caso ensejar. Para esses casos, o órgão gestor deverá emitir Parecer Técnico, em até 60 dias. c) Para ambos os casos, a Fundação Florestal estabelecerá procedimentos, por meio de Portaria Normativa. d) Os procedimentos serão aplicados até que a espécie seja avaliada conforme previsto no artigo 3º da deliberação CONSEMA Normativa nº 2 de 9 de novembro de 2011.	No caso dos empreendimentos mineroindustriais, nos setores da zona de amortecimento onde for aplicável, as proposições de medidas de minimização, mitigação e compensação de impacto deverão dar especial atenção: a) aos impactos sobre os sistemas hidrológicos subterrâneos que impliquem no rebaixamento do lençol freático b) ao equacionamento de passivos socioambientais, recomendando-se que as medidas de recuperação incluam: controle de processos erosivos viabilizando processos de infiltração e pedogênese, em detrimento de processos de escoamento superficial e deposição de sedimentos nos vales e calhas das drenagens; revegetação com espécies nativas voltadas ao restabelecimento da conectividade dos fragmentos florestais; medidas de contenção de material particulado à rede de drenagem; recuperação de áreas de preservação permanente.	O uso de agrotóxicos e outros insumos agrícolas pautar-se-á pelos seguintes critérios: a) Diagnosticada a contaminação por resíduos de agrotóxicos ou outros insumos agrícolas no interior do PETAR, aferida por meio de medições e/ou monitoramento realizado pelos órgãos competentes, que potencial ou efetivamente afetem a biota da unidade de conservação, fica as propriedades causadoras da contaminação sujeitas à obrigatoriedade da cessação da aplicação dos insumos ou sua redução a níveis que não causem a poluição identificada. b) Para os casos acima tipificados, o ajuste com relação à aplicação dos insumos será feito entre as partes envolvidas, com a participação dos órgãos competentes ou outras instituições com comprovada capacidade técnica para estabelecer e monitorar os níveis toleráveis dos resíduos que possam causar impacto ao PETAR.
O cultivo ou criação das espécies reconhecidas como exóticas invasoras são proibidas em toda a zona de amortecimento, conforme lista de espécies constante na Deliberação CONSEMA 30/2011, de 9 de novembro de 2011, 289ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA.	Para empreendimentos minerários classificados no processo de licenciamento como de significativo impacto, a exigência de RAP ou EIA-RIMA dar-se-á por força de normativa legal e os temas a serem tratados deverão ser pelo menos: vias de acesso, águas superficiais, pilhas de resíduos e partículas sólidas e sedimentos, além de outros previstos no processo de licenciamento.	A supressão de vegetação nativa não deve comprometer a função ambiental do fragmento florestal com perda de conectividade com o PETAR, em conformidade com a legislação vigente.			
No caso dos empreendimentos minerários, nos setores da zona de amortecimento onde for aplicável, deverão ser desenvolvidos estudos hidrogeológicos em escala local, a exemplo de levantamento de nascentes, sumidouros e ressurgências, e dos sistemas de drenagem superficial e subterrânea, a exemplo de direção de fluxo.		No caso de instituição de Reserva Legal, áreas verdes, áreas compensatórias ou similares, recomenda-se que estas estabeleçam conectividade biológica com o parque e os setores contíguos, sempre que possível.			